

Reforma ou pretexto? O que a “modernização” laboral realmente esconde

written by Amadeu Ricardo | 11 de Novembro, 2025

OCIDADÃO
Journalism Libre

OPINIÃO
Amadeu Ricardo



Há palavras que soam bem, mas cheiram a truque. “Modernização”, “flexibilidade”, “adaptação ao século XXI” – são expressões que o Governo repete como mantras para justificar a nova reforma laboral, baptizada de Trabalho XXI. À primeira vista, ninguém é contra o progresso. Mas a questão é: progresso para quem?

Por detrás desta retórica optimista, há sinais claros de que esta reforma não visa apenas modernizar o mercado de trabalho – visa reconfigurar o equilíbrio de poder entre o capital e o trabalho, reduzindo a margem de segurança dos trabalhadores e reforçando o controlo empresarial sobre as condições de vida de quem produz a riqueza.

A narrativa da inevitabilidade

O primeiro truque é o da inevitabilidade. O Governo apresenta a reforma como algo que “tem de ser feito”, quase uma imposição natural da economia global. Fala-se em “acompanhar o ritmo da digitalização” e “responder à economia de plataformas”, como se o país estivesse a ser empurrado por uma força cósmica irresistível.

Mas o que está realmente em causa é uma mudança ideológica disfarçada de modernização técnica. Ao flexibilizar contratos, prolongar vínculos a termo e enfraquecer a negociação colectiva, a proposta transfere os riscos do empregador para o trabalhador – e chama a isso eficiência. É a velha fórmula liberal reembalada com uma linguagem tecnológica.

A suposta “inevitabilidade” serve para neutralizar o debate político: quem questiona é logo rotulado de arcaico, inimigo do progresso ou defensor do “imobilismo sindical”. Assim, o Governo constrói uma narrativa onde discordar é um pecado contra o futuro.

O interesse invisível por trás da flexibilidade

Quem ganha com esta reforma? Certamente não é o trabalhador, que passa a ter menos garantias, nem o jovem que vive num ciclo de contratos temporários. O verdadeiro beneficiário é um modelo económico baseado em custos baixos, rotatividade e ausência de vínculos de longo prazo.

Empresas que vivem da subcontratação ou de trabalho em plataformas digitais (entregas, serviços online, telemarketing, logística) serão as principais beneficiadas. Ao flexibilizar horários e fragilizar os vínculos, o Estado reduz encargos e incertezas para o capital, transferindo-as para quem trabalha.

Não se trata de estimular a inovação – trata-se de proteger os lucros num contexto de estagnação. Num país de produtividade baixa e salários congelados há décadas, “reformular o trabalho” é mais fácil do que reformar o modelo económico. É o caminho mais curto, mas também o mais injusto.

E há outro interesse menos visível: o político. Num governo minoritário e pressionado pelos resultados económicos rápidos, reformar o trabalho é uma forma de mostrar acção, agradar a Bruxelas e sinalizar “responsabilidade” aos mercados. É uma moeda de troca simbólica – paga com o bolso e a vida de quem trabalha.

O silêncio sobre a precariedade.

Curiosamente, o discurso oficial evita a palavra “precariedade”. Em vez disso, fala em “mobilidade”, “autonomia” e “adaptabilidade”. Mas por baixo desta semântica elegante, o efeito é o mesmo: menos segurança, mais vulnerabilidade.

A promessa de que “flexibilidade gera emprego” é uma meia-verdade. Sim, pode gerar mais postos – mas mais frágeis, mal pagos e descartáveis. A história económica recente é clara: países que apostaram na precarização acabaram por ficar presos nos ciclos de baixos salários e da fraca produtividade.

E há um detalhe inquietante: o Governo fala em “autonomia” para os trabalhadores das plataformas, mas omite o essencial – os trabalhadores continuam a ser dependentes dos algoritmos, das metas e das avaliações invisíveis. É uma autonomia que começa e termina no ecrã do telemóvel.

A erosão silenciosa do poder colectivo.

Um dos pontos mais preocupantes desta reforma é a revisão da lei da greve e dos serviços mínimos. É apresentada como uma tentativa de “garantir equilíbrio entre direitos”, mas o que faz na prática é limitar a capacidade de protesto e enfraquecer o poder negocial dos sindicatos.

Menos capacidade de greve significa menos pressão social, e menos pressão significa menos resistência para as reformas futuras. É uma forma elegante de neutralizar o conflito – e consolidar um novo paradigma onde o trabalhador tem cada vez menos voz.

A história ensinou-nos que a democracia laboral não se destrói

de um dia para o outro. Vai sendo corroída aos poucos – uma restrição aqui, uma flexibilização ali – até que um dia o trabalhador acorda e descobre que tem todos os deveres, mas quase nenhum direito.

A ilusão do progresso sem justiça.

O discurso da “modernização” esquece um detalhe essencial: a produtividade não cresce quando o trabalhador vive com medo. Nenhuma economia se fortalece à custa da exaustão e da insegurança. O que esta reforma promete em competitividade, arrisca perder em coesão social, motivação e confiança.

Portugal não necessita de um “mercado de trabalho do século XXI” construído com as ferramentas do século XIX. Precisa sim, de um modelo que valoriza o trabalho como fonte de dignidade, e não apenas como um custo a reduzir.

Enquanto a política continuar a servir a retórica dos investidores em vez das necessidades de quem trabalha, o país continuará moderno na forma e atrasado na substância.

Como resumo fica a urgência de dizer basta.

Chamar “Trabalho XXI” a esta reforma é, no mínimo, irónico. O que ela inaugura não é o futuro, mas o regresso ao passado – um passado de insegurança, dependência e desigualdade mascarado do progresso inevitável.

A verdadeira modernização não é flexibilizar o trabalhador até ao limite. É garantir que quem trabalha vive com dignidade, participa nas decisões e não teme o amanhã. Tudo o resto é cosmética económica – e política.

Quando se retira poder a quem trabalha, o que se ganha não é eficiência: é submissão. E um país que se habitua a trabalhadores submissos acabará também por aceitar governos submissos – primeiro ao capital, depois a quem vier depois dele.

Mais do que nunca, é urgente resistir a este tipo de actuação disfarçada de progresso. Urge exigir transparência, debate e

responsabilidade social nas decisões políticas. Porque cada direito retirado em silêncio é uma perda colectiva, e cada silêncio cúmplice aproxima-nos de um modelo de sociedade onde o trabalho volta a ser apenas sobrevivência. Portugal tem de decidir se quer ser moderno – ou apenas obediente.